

Também quero trazer aqui a morte de um policial penal, que foi morto em Guaratiba, lá no Rio de Janeiro, na zona oeste do Rio de Janeiro, na manhã da terça-feira, dia trinta. É o Ronaldo Oliveira de Araújo, com 44 anos. Segundo as investigações, ele estava numa oficina mecânica, na Estrada do Magarça, quando foi baleado por dois homens em uma moto. Isso, com certeza, é execução. Ele trabalhava na Secretaria de Administração Penitenciária havia 12 anos.

Então, nossos sentimentos aos policiais penais do Rio de Janeiro, em especial à família do policial penal Ronaldo Oliveira de Araújo.

Eu queria comentar aqui que ontem nós estivemos na inauguração da exposição "Epopéia de 32 - O Legado Democrático Paulista", que estará aberta a visitação de terça à domingo, das 10h às 17h, até dia 29 de outubro, ela está ocorrendo aqui ao lado da Assembleia, aqui no Monumento do Ibirapuera, no Mausoléu do Ibirapuera, e convidar a todos os amigos que nos assistem a comparecerem a essa exposição. Já aproveitam e já conhecem o Mausoléu também, porque é onde estão sepultados os mortos, nossos heróis da Revolução de 1932.

Nós temos um filme, não é isso, Machado? Deixe no ponto, por favor, ponha tela cheia e pode soltar o vídeo, por gentileza.

- É exibido o vídeo.

É isso aí, gente, está feito o convite então a vocês aqui de São Paulo, e do interior também. Quando passarem em São Paulo, venham conhecer o Mausoléu de 1932, onde nós temos a exposição sobre a Revolução de 1932, e o Mausoléu por si só é muito bonito, muito significativo. Lá estão sepultados os restos mortais dos nossos heróis da epopeia de 1932.

Parabéns a toda a Sociedade Veteranos de 32, na figura do meu amigo Carlos Romagnoli, presidente, do vice-presidente, Luiz Fernando Marcondes, e também de toda a diretoria. Parabéns a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, na Lista Suplementar, com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V.Exa., Sr. Presidente, colegas deputados aqui presentes, senhores funcionários; eu tenho vários temas a tratar nesta tarde. Eu vou iniciar com um que tem me preocupado muito.

Houve uma alteração constitucional obrigando que os estados cumpram algumas exigências para que os municípios recebam um benefício na área de Educação. Os municípios receberam uma verba a mais do Fundeb, se essas condições impostas pela Constituição Federal forem cumpridas.

A Constituição deu como prazo para o cumprimento dessas condições o dia 26 de agosto, que foi esta semana. O que precisava ser feito até o dia 26 de agosto? Era necessário que cada estado, no caso falo aqui sobre São Paulo, fizesse uma regulamentação da distribuição do ICMS com base em índices educacionais. Lá no início do nosso mandato o deputado Daniel José apresentou uma proposta nesse sentido, nem estava vinculada com a Constituição, era uma proposta do colega.

Depois dessa determinação constitucional, o Poder Executivo encaminhou aqui para a Casa o PL 424, de 2022. Se eu não estou equivocada, o projeto chegou na Casa em junho. Eu lembro que fiz um estudo, porque sou líder, fiz um estudo do projeto para avaliar se poderia votar favoravelmente ou não. Isso foi até mencionado no Colégio de Líderes, mas findou não sendo debatido com profundidade, não foi pautado antes do recesso. Com o retorno do recesso, nós tivemos algumas discussões, mas esse projeto também não foi pautado.

Já há uns 15 dias alguns grupos têm vindo ao gabinete, mandando mensagem, pedindo para que essa votação acontecesse, no caso, até o dia 26 de agosto. Eu fiz um contato com o presidente da Casa, chamando atenção, no bom sentido, para esse prazo, e a assessoria jurídica do presidente teve um entendimento de que esse prazo não seria um prazo peremptório, um prazo fatal, que isso poderia ser feito em uma oportunidade futura.

Eu, como advogada, muito embora esteja me dedicando exclusivamente ao mandato, gosto de não correr riscos. Se tem um prazo, eu prefiro cumprir o prazo a depender de uma interpretação. Mas a interpretação da assessoria do presidente tem respaldo, existem outras casas que têm esse olhar também. Aí nós levantamos uma resolução que trata de um segundo prazo, que é o prazo de 15 de setembro para que essa votação, para que essa regulamentação ocorra.

Pois bem, ontem eu fui visitar vários equipamentos ali na região do Vale do Ribeira e tive a honra de poder ser acompanhada pelo secretário municipal de Educação. Fomos juntos visitar duas creches e uma escola estadual e esse assunto acabou vindo à tona.

Eu aproveitei para perguntar para o secretário da Educação, no caso de Iguape, qual era a visão dele sobre esses prazos. Ele tinha acabado de participar de uma discussão de um grupo de outros dirigentes educacionais e todos tinham esse olhar de que o prazo seria 26 de agosto e que esse prazo de 15 de setembro não seria um prazo para as assembleias regulamentarem, mas sim para os municípios já fornecerem as informações cabíveis para que esses recursos possam ser encaminhados diretamente aos municípios.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque eu queria agora, publicamente, sempre respeitamentos, pedir ao presidente da Casa, à Mesa, ao Colégio de Líderes, aos colegas, que esse projeto seja pautado. Vejam os senhores a minha situação aqui, eu não sou do partido do governo, não sou líder do Governo, mas eu me sinto na obrigação de pedir para que o projeto seja pelo menos pautado, para que nós não corramos o risco de uma interpretação mais rígida prevalecer, dos municípios paulistas serem prejudicados e nós termos estampados nos jornais que a culpa por esse prejuízo é da Assembleia.

Porque, querendo ou não, o Poder Executivo encaminhou o projeto para cá em junho. Nós estamos no final de agosto, existe um prazo constitucional, e o projeto não foi pautado. Então, abraçando essa interpretação mais benéfica de que nós podemos encaminhar essas informações até dia 15 de setembro, eu peço encarecidamente ao presidente, à Mesa, a todos os líderes que nós pautemos esse projeto, ainda que seja para divergir, ainda que seja para debater, ainda que seja para lançar mão de todos os instrumentos regimentais para, por exemplo, emendar. O que a Casa não pode é ficar inerte.

Eu sei que é um período eleitoral, eu sei que todos estão muito assoberrbados sob o ponto de vista de trabalho, de pressão emocional mesmo. Não é fácil, mas os nossos mandatos estão ativos, a Casa está em funcionamento e existem prazos que precisam ser observados.

Então fica aqui o alerta, o pleito respeitoso. Mas, haja vista a demanda da sociedade, eu me senti na obrigação de fazer esse pedido publicamente.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Vou pedir que V. Exa. venha à Presidência desta sessão.

- Assuma a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assumindo honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos, imediatamente chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia.

Quero fazer mais uma grave denúncia contra a Secretaria Estadual de Educação, contra o governo Rodrigo/Doria, que está sabotando, está impedindo que os profissionais da Educação tenham direito ao abono de permanência, que é um direito garantido pela Constituição.

Nós tivemos aqui algumas reformas, ou antirreformas, que afetaram drasticamente os direitos e a dignidade dos nossos servidores em geral. Eu diria que a reforma da Previdência, logicamente, foi uma delas. Inclusive, responsável pelo confisco das aposentadorias e pensões.

Nós tivemos no estado de São Paulo também a Reforma Administrativa do Doria, que restringiu e retirou vários direitos dos servidores. Nós tivemos a reforma da carreira do Magistério. Foi uma das piores de todos os tempos, a Lei nº 1.374.

E tantas outras, a Lei dos Precatórios, que reduziu drasticamente o valor do pagamento de precatórios, sobretudo aos servidores estaduais. Foram vários os ataques dessa gestão Doria/Rodrigo Garcia. E a reforma administrativa prejudicou, ela tenta impedir o acesso dos nossos servidores ao abono de permanência, restringindo ao máximo.

Nós estamos recebendo agora várias centenas de denúncias, sobretudo dos profissionais da Educação, dizendo que os abonos de permanência não estão sendo publicados, que o governo está sabotando, impedindo esse direito garantido pela Constituição, por conta dessa famigerada reforma, ou dessas deformas, feitas pelo ex-governador Doria/Rodrigo Garcia.

O mesmo está acontecendo com o reenquadramento dos servidores do quadro de apoio escolar, o QAE e QSE também. Eles não estão publicando o reenquadramento desse setor importante dos servidores, que já estão com os salários arrojados e defasados há muitos anos, que têm um salário de apenas 1.000 reais por mês, e que foram vítimas de vários golpes do governo estadual.

O golpe do abono Fundeb, que não foi pago, e agora estão sendo vítimas desse golpe do não reenquadramento. A Secretaria da Educação não está publicando o reenquadramento dos nossos colegas servidores, profissionais da Educação, do QAE e do QSE.

Então eu queria, da tribuna da Assembleia Legislativa, fazer essa denúncia. E dizer que já pedimos a convocação do secretário de Educação, na Comissão de Educação, para que venha explicar todas essas contradições, todos esses ataques.

Por que não está reenquadrando os servidores do QAE e do QSE, que já apresentaram a documentação, que já têm um direito ao reenquadramento? Por que não está publicando o abono de permanência, que, também, todos que já foram pedidos e protocolados, e que têm todas as condições legais para serem publicados, e para que os nossos servidores tenham direito a esse benefício.

E, por fim, não posso aqui deixar de registrar também algo que eu venho falando bastante, que é a situação dos professores categoria “o” da rede estadual, os professores que foram admitidos pela Lei nº 1.093, de uma forma extremamente precarizada, que ainda são vítimas da interrupção dos contratos, que agora estão sendo assediados, demitidos, exonerados, em várias regiões do estado.

Nós recebemos muitas reclamações das várias regiões, de que os professores categoria “o” estão sendo dispensados, contratos rompidos. Porque a lei já é uma lei que precariza a contratação e enfraquece o direito do professor categoria “o”, mas, para piorar a situação, foi aprovada a Lei nº 1.374, da farsa da reforma da Previdência, que piora essa situação, que dá amplos poderes para a gestão demitir em qualquer momento e sem justificativa os professores que trabalham em PEI, no Programa de Ensino Integral, onde nós temos uma boa parte dos professores categoria “o” trabalhando e sendo vítimas desse processo de perseguição.

E, por fim, Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, quero aqui continuar falando e denunciando o confisco das aposentadorias e pensões, que têm prejudicado imensamente milhares de pessoas em todo o estado de São Paulo, e o governo não se manifesta, o governo Rodrigo Garcia foge do tema, e quando é questionado ele diz inverdades, dizendo que não têm condições econômicas de fazer o levantamento, a revogação do confisco.

Ora ele diz que tem uma questão legal, da Lei Eleitoral, ou da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós já desmentimos e mostramos que não há empecilho legal para ele revogar o confisco das aposentadorias e pensões, que inclusive já foi revogada esse confisco recentemente, no estado de Sergipe, no ano passado no estado de Alagoas, e os estados não quebraram.

Não acontece nada. O mundo não acabou nem para o estado de Alagoas e nem para o estado de Sergipe, que são estados pobres do Nordeste brasileiro, que têm orçamentos de apenas 12 bilhões por ano. São Paulo vai ter um orçamento para o ano que vem, uma previsão, já na LDO, de 300 bilhões de reais. Então, não haveria nenhum tipo de impacto orçamentário.

Essa é a verdade, mas o governo continua insistindo nesse confisco. A Assembleia Legislativa está inerte, está passiva, embora tenha nas mãos a grande oportunidade de revogar o confisco, através do PDL 22, que já está pronto para ser votado em regime de urgência, com 53 assinaturas de deputados e deputadas assinando o requerimento, inclusive, para que o projeto seja pautado. Nós já temos os votos, mais do que o dobro de votos, para votar e aprovar o PDL 22 aqui no Plenário.

Se a Assembleia Legislativa exercer a sua autonomia, a sua independência em relação ao Poder Executivo, ela resolve a situação dos aposentados e pensionistas, lembrando ainda que o PDL 22 tem mais de 350 moções de apoio, que foram debatidas e aprovadas nas Câmaras Municipais do nosso Estado. Ou seja, mais da metade do estado de São Paulo defende o fim do confisco e defende também a aprovação do PDL aqui dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Então fica aqui o nosso pedido, o nosso apelo para que o PDL seja aprovado ou o governador faça a revogação imediata do Decreto nº 65.021.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDÊNCIA - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Vossa Excelência pode assumir a Presidência? Obrigada.

- Assuma a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, ainda na Lista Suplementar, com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Tenho aqui alguns avisos, eu assinei o manifesto, o compromisso intitulado “Projeto 200+”, que é um grupo da sociedade civil que pede que todos os políticos, sobretudo aqueles que estão participando do pleito deste ano, se comprometam no combate à corrupção, à transparência, a várias pautas do que eu costumo chamar pautas de depuração. Então anuncio aqui, publicamente, conforme compromisso firmado, que assinei esse... é uma espécie até de contrato esse manifesto.

Queria também dizer que eu apoio uma rede de parlamentares do mundo inteiro intitulada “Rede Política por Valores”, “Political Network for Values”. É uma rede política por valores. São parlamentares de vários países que muitas vezes se encontram presencialmente, ainda não tive oportunidade de participar do encontro presencial, mas já participei do encontro virtual, acompanhei os presenciais à distância e participei de virtuais.

Eles pedem uma união desses parlamentares pelo mundo todo em protesto ou em uma vigília em prol dos religiosos que vêm sendo perseguidos na Nicarágua. Na Nicarágua vem acontecendo prisões de padres, de bispos, de religiosos, sobretudo da igreja católica.

Então esses parlamentares, que não são necessariamente católicos, mas que se preocupam com a pauta da liberdade religiosa por todo o mundo, pedem essa união, pedem essa vigília e pedem que todos nós, parlamentares dessa grande rede, nos manifestemos publicamente nas respectivas casas a que temos a honra de pertencer.

Então fica aqui a minha solidariedade ao povo da Nicarágua, aos religiosos na Nicarágua, aos líderes religiosos da

Nicarágua que vêm sendo pesadamente perseguidos no regime ditatorial, autoritário, porque não existe democracia quando as religiões não podem existir livremente.

Também queria aqui reiterar o que escrevi nas minhas redes sociais na manhã de hoje com relação à situação do Vale do Ribeira. Estive lá ontem, mais uma vez, ouvi muito a população e constatei, eu e a equipe, que realmente um único hospital, no caso o Hospital Regional do Vale do Ribeira, não é suficiente para atender a tantas cidades, para atender a uma população tão numerosa.

Existem muitos relatos, inclusive dos deslocamentos das várias cidades em direção àquele hospital, como também têm relatos de tratamentos que não são, ainda, disponibilizados naquele hospital. E de os pacientes precisarem vir aqui para a Capital ou se dirigirem a Santos em deslocamentos longos, exaustivos, sobretudo para pessoas que estão doentes.

Então fica aqui um pleito, quase que uma indicação oral, digamos assim, muito embora eu pretenda formalizar no sentido de que haja esforços, seja deste governador, seja do próximo governador, seja ele quem for, para que nós construamos no Vale do Ribeira mais um hospital.

Eu visito muito as muitas regiões do estado de São Paulo, sei que hospital nunca é demais, mas existem regiões que têm uma disponibilidade maior de leitos, de equipamentos, e eu sinto que há essa falta ali no Vale do Ribeira. Então fica esse pedido para este ou para o próximo governador, ou quicá, para ambos, porque os planejamentos são feitos agora para que as execuções ocorram no futuro próximo. Para que tenha esse olhar carinhoso para com o Vale do Ribeira.

E trago aqui também uma pauta, um pleito do vereador de Iguape, vereador Dhyego França, que me recebeu muito bem ao lado do prefeito, o Sr. Wilson Lima, ontem em Iguape.

Eu trago um pleito dele que é um pleito antigo. Obviamente, não é só dele, é da Prefeitura, é da Câmara, é do povo como um todo, mas ele encabeçou, de que se estabeleça a radioterapia em Iguape ou, especificamente, no hospital que atende toda aquela região, que se estabeleça a radioterapia.

Por quê? Porque os pacientes precisam se deslocar e quem já teve uma situação de necessidade de um tratamento de radioterapia na família sabe que as sessões têm que acontecer todos os dias. Então, o que acontece? O paciente pega uma van que as prefeituras disponibilizam, vem para São Paulo ou vai para Santos. Passam o dia inteiro, muitas vezes até se alimentando mal, voltam para casa para tomar um banho, dormir um pouco e, no dia seguinte, já estar na estrada de novo, dificultando o exercício profissional, dificultando a convivência familiar, dificultando o descanso, porque quem está doente precisa ter um repouso maior.

O pleito dos equipamentos para que se forme essa radioterapia no Hospital Regional do Vale do Ribeira, esse pleito já foi feito ao Ministério da Saúde. Nós entramos no trâmite desse pedido. O pedido está em andamento, mas já tem muito tempo, e a Saúde clama. A população clama. É muita gente no Vale do Ribeira.

Inclusive, ouvi de várias pessoas que o Vale do Ribeira é o berço do presidente da República e o Ministério da Saúde... É óbvio que não queremos tratamento privilegiado pelo fato de o presidente ser do Vale do Ribeira, não é isso, mas, talvez, esse olhar, a compreensão do sofrimento daquele povo pudesse partir de alguém que nasceu lá, que conhece, que tem parentes inclusive naquela região.

Então, fica aqui o pedido, não só por parte dos governadores, o presente e o futuro, de que é necessário um equipamento de Saúde a mais ali, mas também por parte do presidente da República, do ministro da Saúde, que a radioterapia não pode esperar passar as eleições.

Aliás, fica aqui uma crítica, Sr. Presidente. Parece que o mundo para no período eleitoral. Eu não sei. Vossa Excelência está há mais tempo na vida política, eu estou no meu primeiro mandato, mas eu não me lembro de os órgãos públicos retirarem todas as informações dos sites.

Hoje, quando a gente vai fazer uma pesquisa de dados - dados da Fundação Casa, dados do sistema prisional - não conseguimos dados sob a alegação de que é período eleitoral. Eu nunca vi isso. Por mais que eu estude a legislação, eu não vejo fundamento para isso. Nós não podemos utilizar prédios públicos para fazer propaganda, para fazer... Agora, dados? Isso atenta contra a publicidade, contra a transparência, contra a Lei de Acesso à Informação.

Então, nós podemos parar a vida porque é período eleitoral. Os dados são retirados, os pleitos de instalação de equipamentos de saúde são suspensos, os recursos que estavam para ser liberados são parados, porque vão dizer que é propaganda. Como assim? O povo fica doente, o povo precisa ser tratado. Não dá para esperar. Agora é eleição, depois é Copa, depois é o quê?

Então, eu peço encarecidamente esse olhar carinhoso para com a população do Vale do Ribeira. Tenho outros tantos recados para dar, mas acredito que podemos fazer isso na próxima sessão. Eu agradeço imensamente.

Temos visita! Qual é o nome da escola? Colégio Albuquerque. De onde é o Colégio Albuquerque? (Manifestação na galeria.) Ah, então sejam bem-vindos os estudantes do Colégio Albuquerque, que se sintam acolhidos aqui na Assembleia e que se animem a se preparar para entrar na política, porque precisamos de quadros. Está bom? Sejam muito bem-vindos.

Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu rogo a V.Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Antes de levantar a sessão, gostaria também de saudar, em nome da Presidência da Assembleia Legislativa, os alunos que estão presentes com seus professores.

Não havendo mais nenhum orador presente ou inscrito para fazer uso da tribuna e havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem a Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 54 minutos.

1º DE SETEMBRO DE 2022 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, JANAINA PASCHOAL e CARLOS GIANNAZI
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Concorda com o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
7 - ENIO LULA TATTO
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
9 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - ADRIANA BORG0
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
14 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
15 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 02/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assuma a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente, na data de hoje, dia 1º de setembro de 2022.

Vamos iniciar o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V.Exa., Sr. Presidente, colegas deputados, Srs. Funcionários Tenho vários temas a tratar, mas queria trazer uma satisfação com relação à minha fala de ontem sobre a necessidade de nós pelo menos discutirmos o projeto que altera a distribuição de ICMS aqui no estado de São Paulo, com critérios, com desempenho educacional porque, como eu expliquei ontem também, a aprovação desse projeto é pré-requisito para que os municípios recebam verbas extras do Fundeb. E eu estou com muita preocupação que a Assembleia arque com a culpa, vamos dizer assim, por uma falta de benefícios a serem destinados aos municípios.

Então, quero aqui trazer a informação que respeitosamente coloquei o PL no grupo de líderes, a resolução que fala no prazo do dia 15 de setembro, que já é controverso porque o prazo mesmo era 26 de agosto, a carta que recebi de associações. Aliás foram várias. Eu coloquei a que estava mais fácil no meu WhatsApp, pus no grupo de líderes, insisti com o Sr. Presidente, conversei com alguns colegas que cruzei por aqui. Nós não podemos errar por omissão.

O projeto está na Casa desde junho. O texto é bom? O texto é ruim? Vamos debater. Então, eu peço encarecidamente que nós compreendamos que não podemos deixar de olhar para essa situação. São prazos peremptórios, prazos constitucionais, outros estados da federação já fizeram a lição de casa. São Paulo não pode passar vergonha. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu queria trazer aqui para reflexão é o seguinte: eu lembro bem que quando eu apresentei um projeto de lei para garantir a mulheres escolher fazer cesariana ou parto normal com direito à analgesia muitas colegas aqui, sobretudo colegas de esquerda, vinham com essa desculpa, de que as mulheres da periferia são mulheres simples, que não entendem o que é melhor para elas, não entendem os benefícios do parto normal.

Eu sempre argumentei em dois sentidos. Primeiro sentido: que eu não compreendia como parlamentares de esquerda, que defendem o aborto, inclusive realizado pelo SUS, ou seja, que defendem que mulheres da periferia, até adolescentes - porque está escrito por elas - teriam condições de decidir não deixar o seu filho nascer, essas mesmas mulheres dizerem que essas mães não têm como decidir como seus filhos vão nascer.

A lei é vigente, quero reiterar aqui, Lei 17.137, de 2019. Estou batalhando para que a lei vigente seja observada, visitando maternidades, eu, a minha equipe, explicando para os profissionais de Saúde, mostrando a lei, levando a lei. É uma lei que dá voz para as mulheres, sobretudo as da periferia.

Por que eu toco nesse tema hoje? Pela importância dele apenas? Não. Pela importância dele, mas também porque teve um candidato à Presidência da República, e eu não quero aqui politizar, nem partidarizar, nem, vamos dizer assim, aproveitar o escorregão de alguém para desmerecer esse mesmo alguém, mas teve um candidato que disse que as ideias dele eram compreensivas por pessoas preparadas, em ambientes esclarecidos, não por pessoas da favela.

Gente, essa mentalidade é completamente ultrapassada. Primeiro, porque na favela existem pessoas muito instruídas, que estão em situação mais vulnerável por circunstâncias, quando não são pessoas instruídas existem pessoas muito inteligentes, aliás, ouso dizer, até mais inteligentes, porque sobrevivem nas dificuldades, de que aquelas que têm uma vida mais fácil e, em especial, são pessoas muito vividas.

Então nós precisamos mudar essa mentalidade paternalista, essa mentalidade que parte do pressuposto de que o outro é um incapaz. Ao lado dessa mentalidade, infelizmente caminha junto a ideia de que o outro é um otário, que pode ser enganado, que pode ser tutelado, que pode ser conduzido, que pode ser induzido.

Então eu queria pedir, nós estamos no início da campanha eleitoral, uma campanha difícil para todos, mais difícil para alguns, mas eu queria pedir encarecidamente, e na minha próxima intervenção vou tratar ainda desse tema, que todos aqueles cidadãos que se apresentaram como candidatos, se voluntariam a participar deste pleito, compreendam que o brasileiro merece respeito, o brasileiro rico, o brasileiro pobre, o brasileiro ateu, o umbandista, o espírito, o católico, o judeu, o evangélico das mais diversas orientações, o muçulmano, o budista, as mulheres, os homens, as crianças, os homossexuais.

Parente de falar para segmentos. Não caiam na armadilha de que os nossos cidadãos não compreendem. Compreendem muito mais, por isso têm essa rejeição enorme à política, porque partem do pressuposto de que todos os cidadãos são otários. Todos os cidadãos merecem respeito.

Eu não estou fazendo isso para querer crescer em alguém que deu uma escorregada, porque todos nós erramos. Foi uma fala equivocada. A pessoa, acho até que se não reconheceu, vai reconhecer. Mas a mentalidade é muito essa, de que pode enganar, sobretudo quem é carente, e não é assim.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. Próximo deputado é o Tenente Nascimento. (Pausa.) Coronel Nishikawa. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Algum dos colegas poderia me render, por gentileza? A senhora pode assumir a Presidência, Sra. Deputada? Que vou falar agora, Giannazi, que eu vou ter que sair. Depois é o senhor. Tá bom? Eu vou passar a Presidência dos trabalhos para a Sra. Deputada Janaina Paschoal.

- Assuma a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assumo honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos. E imediatamente chamo à tribuna o nobre deputado Coronel Telhada, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Boa tarde à senhora, ao deputado Giannazi, aqui presente. Boa tarde a todos os policiais militares aqui presentes também, assessoria, funcionários, a todos que nos assistem pela Rede Alesp.